

JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS

FÁTIMA NANCY ANDRIGHI*

*Desembargadora do Tribunal de Justiça
do Distrito Federal e Territórios*

Minha primeira palavra é de homenagem a este valoroso Clube que concede oportunidade ímpar ao Poder Judiciário para divulgar e conscientizar a sociedade brasileira de nova forma de acesso à Justiça.

A segunda é de agradecimento e pedido de paciência com esta que vos fala, que nada tem a lhes passar, a não ser uma fé inquebrantável que a melhor justiça se busca na união dos juízes, advogados, lidadores do direito e principalmente com os membros da sociedade, todos irmanados na busca de melhores soluções para os conflitos.

Um pouco de história. O juizado de pequenas causas é bem mais antigo que o próprio Poder Judiciário, porque aurido nas fontes milenares do juízo arbitral e dos Conselhos de Homens-bons.

Na Inglaterra apenas de 4 a 5% das ações propostas perante os tribunais chegam à audiência de julgamento. A imensa maioria resolve-se perante o Master em chegar à audiência de julgamento, na fase preliminar.

Nos EE.UU. desde 1929, na circunscrição de Michigan os juízes começaram a fazer audiências prévias com o objetivo de ajudar as partes encontrar modos de simplificar o processo e economizar tempo e despesas. O trabalho era feito mais como amigo, do que como juiz. O resultado foi um sucesso.

Hoje o Poder Judiciário norte americano todo é pautado no sentido de se obter o quanto possível solução dos conflitos por outras

formas alternativas de solução dos conflitos que não a via onerosa e demorada do processo convencional.

No Brasil o juizado de pequenas causas teve origem na preocupação de alguns juízes que, trabalhando duramente na comarca de Rio Grande do Sul, percebiam que a comunidade não estava recebendo a prestação jurisdicional na forma ideal. Notavam que os membros da comunidade deixavam de reivindicar os seus direitos em face do alto custo e morosidade da justiça. Resolveram, então, estes juízes de forma empírica começar um trabalho pioneiro de atendimento à comunidade à noite na sede do Fórum. A idéia cresceu, em face dos bons resultados, e a associação dos juízes, AJURIS, com o beneplácito do Tribunal de Justiça, instalou na comarca de Rio Grande o primeiro Conselho de Conciliação e Arbitramento- CCA em 23.07.82.

A experiência, bem sucedida, foi se difundindo até se chegar a Lei nº 7244, de 7.11.84, que veio dispor sobre a criação e funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas, instituída como órgão da Justiça ordinária dos Estados.

A contribuição que o Juizado de Pequenas Causas vem dando à solução dos conflitos veio reconhecida constitucionalmente no artigo 98, da Carta.

Necessário se faz tecer algumas considerações sobre a diferença entre os Juizados Especiais de Pequenas Causas e os Juizados Informais de Pequenas Causas. O que caracteriza a diferença entre as duas instituições é o caráter jurisdicional.

Os Juizados de Pequenas Causas Informais, que é o que temos em Brasília, são presididos por Conciliadores, que podem ser qualquer pessoa do povo, bastando que tenha alguns conhecimento de direito e goze de ilibada reputação. O Conciliador presta serviço gratuito e, em audiência com as partes, tenta apresentar solução para o conflito. Obtida

a conciliação há um juiz de direito orientador que, depois de indagar das partes, se bem compreenderam os termos do acordo e se estão satisfeitas, passará a homologação do acordo, o qual valerá como título executivo. Neste tipo de Juizado Informal em não havendo acordo nada mais se poderá fazer, senão remeter as partes para a justiça comum.

No Juizado Especial de Pequenas Causas a presidência caberá a um juiz de direito que poderá ser auxiliado pelo Conciliador. Inicialmente o juiz fará a proposta de acordo e havendo resposta negativa, este mesmo juiz passará imediatamente a colheita da contestação do réu, colheita de provas e proferirá sentença imediatamente.

Sobre a competência dos Juizados Especiais de Pequenas causas.

Logo que os Juizados de Pequenas Causas começaram a ser divulgados chegou-se a afirmar que não se tratava de uma justiça para o pobre (isto porque dispensa advogado, pagamento de custas e a própria pessoa pode fazer a sua reclamação), mas sim contra o pobre, porque em face da celeridade processual e ausência de custo, mais facilmente se estaria cobrando as dívidas dos pobres. A questão não se coloca bem assim, na medida em que se veda à pessoa jurídica o acesso ao Juizado de Pequenas Causas. Somente as pessoas físicas com créditos de quantia, coisa ou prestação de serviços que não excedam a 20 vezes o salário mínimo é que podem se utilizar desse meio de acesso à justiça.

O Juizado de Pequena Causas pauta-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre que possível à conciliação das partes.

A Constituição ampliou a competência dos Juizados Especiais de Pequenas Causas estendendo a possibilidade de infrações criminais de menor potencial ofensivo, também sejam processadas pelo rito

sumaríssimo do Juizado. E, mais importante, ainda, permitiu que a execução das decisões proferidas perante o Juizado Especial de Pequenas Causas seja por ele mesmo executada quando se verificar o inadimplemento.

A justiça, para merecer seu grande nome, deve abraçar toda a sociedade, não oferecer suas vantagens a alguns, mas a todos; não ser apenas servidora dos poderosos, mas sobretudo dos humildes; não esquecer ninguém e não esquecer nenhuma necessidade; exigir o concurso de todos, mas no limite de forças de cada qual, penetrar no organismo social como um fluído benéfico trazendo a toda a parte a saúde e a alegria. PICCARD

Eis aqui a razão da existência dos Juizados de Pequenas Causas. Não para desafogar a justiça de primeiro grau, mas sim para facilitar o acesso à justiça. É de suma importância, para que o povo tenha confiança no Direito e na Justiça, é preciso que seja onipresente; que as pequenas violações de direito tanto quanto as grandes possam ser reparadas.

A litigiosidade contida tem sido a maior preocupação, pois estaremos abrindo oportunidade para que a comunidade na busca do seu direito tente exercitá-lo pela próprias mãos, ou então que as pessoas abandonem seus direitos, permitindo que se descudem o cumprimento das obrigações.

Agradeço, sensibilizada o convite e a oportunidade de falar a tão seletto clube, o que muito me honrou.

Obrigada.